

# O território literário de “A Casa Grande de Romarigães”. Uma aposta de dinamização turística no Alto Minho

Aquilino Machado\*<sup>1</sup>

## 1. Introdução

“A Casa Grande de Romarigães” constitui uma obra impar da literatura portuguesa. O romance marca sentimentalmente um território que em si mesmo representa e identifica uma região do interior de Portugal, com características marcadamente rurais. Sobre a marca física de uma quinta - “A Quinta do Amparo” - incide a capacidade criadora do escritor e do seu romance histórico. Da obra emana um espírito, uma intensidade tão forte que a presença física do sítio se revê nas evocações do texto e na memória dos feitos que ali terão ocorrido. Uma trama ficcional, a que todo o romance obedece, ajusta-se fielmente à geografia física e humana que lhe serviu de cenário e que assim começa:

“Do pinhão, que um pé-de-vento arrancou ao dormitório da pinha-mãe, e da bolota, que a ave deixou cair no solo, repetido o acto mil vezes gerou-se a floresta. Acudiram os pássaros, os insectos, os roedores de toda a ordem a povoá-la. No seu solo abrigado e gordo nasceram as ervas, cuja semente bóia nos céus ou espera à tez dos pousios a vez de germinar. De permeio desabrocharam cardos, que são a flor da amargura, e a abrótea, a diabelha, o esfondílio, flores humildes, por isso mesmo troféus de

---

<sup>1</sup> Texto que teve como suporte a dissertação de defesa do Título de Especialista em Turismo e Lazer, formalmente aprovada em Junho de 2013, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE).

vitória. Vieram os lobos, os javalis, os zagais com os gados, a infinita criação rusticana. Faltava o senhor, meio fidalgo, meio patriarca, à moda do tempo.

Ora, certa manhã de Outono” (Aquilino Ribeiro, 2007: 10-11).

A abordagem que se apresenta sistematiza uma proposta de dinamização turística que toma por base o lastro daquela geografia ficcional, e beneficia da respetiva potencialidade promocional. A riqueza do património ancestral que está circunscrito ao perímetro da quinta, espalha-se pela região envolvente, e amplia a massa crítica do projeto a desenvolver.

A reflexão assentará sempre em duas perspetivas, uma ficcional, que apela para o nosso imaginário, e outra partindo do que ainda hoje é observável, na Quinta do Amparo, e se projeta pelo concelho de Paredes de Coura. Ora de harmónico com esta linha interpretativa, afigura-se prudente formular as seguintes questões que estarão presentes na discussão deste texto:

- Que relevâncias poderão ter os territórios literários na consolidação de uma estratégia de sustentabilidade territorial?
- Poderá um território literário servir de base para uma estratégia de dinamização turística num espaço rural?
- De que forma um projeto desta natureza, com vocação turística, assente numa estratégia de investimento privado situado numa região do interior, conseguirá mobilizar outros parceiros públicos e privados, de molde a tornar-se em mais um projeto de dinamização de todo o concelho de Paredes de Coura?

As duas primeiras questões decorrem da abordagem feita através das diversas leituras exploratórias e, claro está, do detalhe a emprestar à proposta de dinamização turística da Quinta do Amparo/Casa Grande de Romarigães. A terceira questão corresponde a uma interrogação de carácter permanente que subsistirá para além da apresentação desta análise, uma vez que o mesmo é apenas um estudo. Todavia, a dimensão literária da “Casa Grande de Romarigães” e a beleza da sua paisagem física levam-nos a antecipar que sim, que será possível. Como se estivesse a captar a narrativa secreta e mágica que continua subjacente na atmosfera de Romarigães. “A história falará de nós nas obras que deixarmos”, disse Agustina Bessa Luís. É essa atmosfera de Romarigães que permanece bem viva para aqueles que visitem o local.

## **2. Os Territórios literários, conceitos gerais e dinâmicas cidade-campo**

A narrativa de alguns escritores reporta-se, por vezes, a determinados territórios sentimentais que servem de base à criação simbólica de cenários literários. Essa identificação está subjacente em muitas das suas obras literárias, sobretudo nas de natureza ficcional, despertando sentimentos de identidade e de pertença junto de quem compare os cenários descritos com os territórios reais.

Em consequência, a descrição literária pode desempenhar um papel determinante na definição e na descoberta de novos roteiros turísticos a partir das memórias guardadas pelos leitores.

Numa abordagem de cariz epistemológico, Ana Isabel Queiroz (2009), defende numa tese de doutoramento acerca da paisagem literária de Aquilino Ribeiro, uma interessante elucidação sobre o conceito de territórios literários e onde sublinha que estes se afirmam “no contexto geográfico pela sua condição de cenários” identificáveis “a partir de um escritor ou de uma obra” (2009: 16). A mesma investigadora num artigo recente, citando Estique (1979), designa-os “como «landscapes of the mind»: uma transposição interpenetrada pela realidade recordada e pela imaginação” (2010: 3). Igualmente estimulante, é o tema que Ana Isabel Queiroz expõe referente ao modelo “de relação dos seres humanos com a paisagem desenvolvida pelo paisagista.” Ervin Zube (1987), fala numa relação “recíproca existente entre a paisagem real (o referente) e a paisagem literária (a representação).

Através da análise de algumas obras literárias descobrimos o ajustamento ficcional entre os lugares narrados e aquilo que na realidade existe. Ana Isabel Queiroz dá-nos, alguns exemplos de escritores ingleses, onde a construção de cenários literários é complexa e estimulante, como no caso da obra de Jane Austin, onde são descritos “realisticamente os ambientes que usava nas suas obras” pesquisados através de “guias e gravuras, almanaques, mapas de estradas” e de “informações de amigos, de forma a garantir a verosimilhança das suas descrições. Os lugares que evocou nas suas obras são hoje lugares de visita do seu público leitor, à procura de reconhecer os cenários que a sua obra reteve” (2009: 18 e 19).

Nos domínios da literatura portuguesa um dos casos mais significativos reside na obra de Eça de Queiroz que “criou Tormes a partir de um lugar que conheceu e quis ficcionar: inspirou-se na Quinta da Vila

Nova, propriedade herdada pela esposa, sita em Santa Cruz do Douro (Baião). Aí colocou a ação do romance: “A cidade e as Serras” (1901). O topónimo Tormes não existia até à sua criação literária, mas hoje é um referencial para as populações locais e para os forasteiros” (2009: 18). Aquela notável encenação literária de um homem que fizera da itinerância um modo de vida e que, em 1892, ao deslocar-se sozinho para visitar a propriedade da sua mulher se viu confrontando com um cenário desolador configurado pela aspereza do território granítico o que o levou, num primeiro contacto, a rejeita-lo, de imediato, em conformidade, de resto, com a sua vivência urbana. No entanto, conforme referem Inês e Isabel Pinho no seu artigo “Literatura e Turismo em Eça – forma de arte que é património”, a paisagem do Douro “continua semeada de recordações pétreas, testemunhos dos primeiros anos de uma identidade conseguida de modo difícil, para sempre impressa no granito escuro, pesado, toscamente trabalhado na primeira arte românica” (2006: 6), circunstância que não impediu o escritor de recriar uma imagem que sucessivas gerações de leitores iriam reter.

Outro exemplo mais categórico da enunciação de um território literário, é o que decorre da obra literária de Aquilino Ribeiro, designadamente a que se reporta ao território que ficou a ser conhecido como *Terras do Demo*<sup>2</sup>. Paisagem literária que tomou relevo após a publicação do segundo romance de Aquilino (1919) e se caracteriza como o cenário das “aldeias montesinhas que moram nos picotos da Beira, olham a Estrela, o Caramulo, a cernelha do Douro e, a norte lhes parece gamela emborcada o Monte Marão” (Terras do Demo, carta a Carlos Malheiro Dias). A força telúrica da geografia sentimental de Aquilino Ribeiro é bem assumida no destaque que ele mesmo dá à sua vivência juvenil: “a aldeia serrana, como aquela em que me fui nado e baptizado e me criei são e escorreito, é assim mesmo: barulhenta, valerosa, suja, sensual, avara, honrada, com todos os sentimentos e instintos que constituem o empedrado da comuna antiga” (Terras do Demo, 2012). Mas a projeção literária de Aquilino, não se confina

---

<sup>2</sup> Território das Terras do Demo assente nos seguintes livros de Aquilino Ribeiro: 1918 – “A Via Sinuosa” (romance); 1919 – “Terras do Demo” (romance); 1922 – “O Malhadinhas” (novela); 1926 – “Andam Faunos pelos Bosques (romance); 1930 – “O Homem que matou o Diabo” (contos); 1944 – “Volfrâmio (romance); 1946 – “Aldeia – Terra, gente e bichos” (crónicas); 1948 – “Cinco Reis de Gente” (novela); 1951 – “Geografia Sentimental” (crónicas); 1953 – “Arcas Encoiradas (crónicas); 1954 – “O Homem da Nave” (crónicas); 1958 – “Quando os Lobos Uivam” (romance), 1958 – “Minas de Diamantes” (novela).

ao centro nevrálgico das Terras do Demo. À semelhança da obra de Eça de Queiroz, refluí para vários territórios geográficos, desde os cenários urbanos de Lisboa (“Mónica”, o “Arcanjo Negro”, “Maria Benigna” e ainda a obra póstuma “O Escritor Confessa-se”) até aquelas obras de ficção em que a natureza desempenha o papel de mais uma personagem, entre as quais escolhemos para o nosso trabalho - “A Casa Grande de Romarigães” - onde a riqueza descritiva e ficcional, se conjugam para produzir um riquíssimo e ímpar território literário.

Diversos exemplos sublinham a progressiva importância que as paisagens literárias têm vindo a adquirir na criação de territórios sustentáveis, permitindo, como sugere Ana Isabel Queiroz, uma aposta “na valorização da sua paisagem através da homenagem aos seus escritores locais, à divulgação dos conteúdos das obras literárias que lhes fazem referência e, quando apropriado, à conservação e recuperação dos componentes que lhe atribuem carácter próprio” (2009: 125). Mas o enquadramento das paisagens literárias não se confina no contexto geográfico rural, alargando-se, igualmente, à definição de paisagens literárias urbanas. Harvey, citado por Queiroz, “defendeu que, para a «haussmanização» de Paris nos finais do Segundo Império, as descrições balzaquianas da cidade terão tido um papel decisivo” (2009: 2).

É estratégia da União Europeia confirmar a importância que os territórios literários assumem na valorização das paisagens a que se reportam, no contexto rural ou no contexto urbano. As relações ecológicas e os equilíbrios paisagísticos inerentes a determinadas regiões, e a relevância dos cenários literários a que estão ligadas são destacados na revista do Conselho da Europa, Naturopa (2005, nº 103). A complementaridade entre a paisagem ficcional e a paisagem presente é assinalada no texto introdutório da revista, onde se acentua quanto esta poderá ser relevante para o estabelecimento de um desenvolvimento sustentável à escala europeia:

“Ces poèmes et textes nous montrent que nous partageons des sentiments qui transcendent les frontières. Conçu comme cadre de vie quotidien des populations et comme nécessaire à l'épanouissement des êtres humains, le paysage est reconnu comme une composante déterminante du développement durable” (Naturopa, 2005: 3).

Também, no contexto português, se começa a aprofundar um discurso refletindo a importância do estudo e exegese das paisagens

literárias. Nesta linha, vale a pena salientar o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT) que, desde os finais de 2009, está a elaborar um projeto para a criação de um Atlas de Paisagens Literárias de Portugal Continental, baseando em obras de escritores dos séculos XIX e XX, onde se compilarão “excertos descritivos que possam ser geograficamente referenciados” (Ana Isabel Queiroz, 2010: 3). Recorrendo a uma unidade de referência geográfica assente nas NUT’s III, este projeto terá o mérito de correlacionar um conjunto de fatores geográficos, nomeadamente, o relevo, o uso do solo, o património natural e cultural, através de um *website* interativo.

**2.2 | As Paisagens Literárias como projetos de dinamização turística em espaços rurais. Alguns exemplos no território português**

A Convenção Europeia da Paisagem (Decreto 4/2005), que enquadra a iniciativa anteriormente referida, promove o conhecimento alargado do papel “que a paisagem desempenha” em diversas “funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social,” facultando “um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego” (preâmbulo da Convenção Europeia da Paisagem). Ora, uma das formas de rentabilizar a salvaguarda das paisagens, sem perda das suas múltiplas dimensões, assentará na dinamização de alternativas de “desenvolvimento turístico” que, além de incorporarem o conceito de desenvolvimento ambiental assimilem “outras preocupações, que, no seu conjunto, vão alargar a ideia de sustentabilidade a mais dois outros vetores: a sustentabilidade social e a económica” (Fernando Moreira, 2008: 156).

Esta ideia assenta, em grande parte, no estabelecimento das modalidades de turismo a desenvolver no espaço rural e no espaço natural, mediante valorização das suas potencialidades endógenas segundo estratégias que visem contrariar a desruralização dos territórios interiores. Ou conforme alude, Álvaro Domingues em “Vida no Campo” (2012), a acentuada “perda de importância da atividade agrícola (agro-florestal e criação de gado) e das culturas e modos de vida rurais tradicionais das sociedades camponesas”, a qual, em boa medida, se deve a um conjunto de fatores, nomeadamente o “recuo demográfico, o despovoamento e o abandono do solo agrícola” (2012: 69).

As soluções procuradas assentarão no desenvolvimento de diversas modalidades de turismo que, como refere Licínio Cunha, tenham por “base da respetiva procura motivações muito diferentes daquelas que originam a

procura do meio rural” (2006: 228) e possam abarcar “margens de limbo” com outras modalidades de turismo, nomeadamente o ecoturismo, o turismo ativo e o cultural, potenciadoras dum enriquecimento das diversas atividades e formas de exploração que tradicionalmente têm lugar nas regiões rurais.

É nesta margem que nos interessará situar algumas modalidades de turismo cultural, nomeadamente as que assentam na valorização turística das paisagens literárias. Alguns trabalhos de geografia cultural incidem sobre o modo como as paisagens geográficas e os seus correspondentes territórios literários geram fenómenos de atratividade sobre os turistas e como se compaginam os fatores que lhe estão subjacentes. D. T. Herbert relevou, no artigo “Artistic and Literary Places in France as Tourist Attractions”, a importância que as obras literárias e artísticas exercem na consolidação de uma estratégia de turismo cultural, em certos territórios franceses. A procura dos lugares mágicos, dos sítios imaginários, e a sua associação com personagens fictícias é enfatizada por D. T. Herbert na introdução daquele artigo quando fala nos territórios literários de escritores ingleses e irlandeses.

Em Portugal contam-se já algumas estratégias devidamente integradas, que constituem um produto turístico cultural alicerçado na exploração de paisagens literárias, como é o caso da Fundação Eça de Queiroz, em Tormes, a qual conciliando um conjunto relevante de promotores turísticos, se configura “como um agente da harmonização entre o conhecimento das relações ecológicas, a sensibilidade estética e a perceção dos espaços” (Ana Isabel Queiroz, 2009: 2). Claro que por detrás deste exemplo houve uma entidade promotora que dinamizou o projeto, graças a uma participação concedida pelo Iº Quadro comunitário de Apoio (cujo incentivo numa primeira fase ascendia a 70%), obtida através dos mecanismos de financiamento previstos no PRORN. Numa segunda fase foi obtida uma nova participação de 75%, mediante recurso ao II Quadro Comunitário de Apoio. Isto permitiu realizar algumas obras de beneficiação na quinta que se traduziram pela concretização de um espaço museológico, pela criação de uma biblioteca, de um arquivo, de um mini-auditório e de um espaço para serviços administrativos. Para capitalizar o investimento foram realizadas transformações arquitetónicas em três primitivas casas de caseiros para fins de turismo rural. Com a recuperação intentada procurou valorizar-se o respetivo potencial endógeno e, mediante a recuperação de um conjunto de infraestruturas, contextualizar todo o sítio bem para lá do próprio perímetro da quinta.

Seguindo uma dinâmica estrategicamente abrangente, assinala-se também o projeto “Rota dos Escritores”, que se plasma na Região Centro

e se reporta a um trabalho levado a efeito pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDR), seguindo “um processo de candidatura (que foi) aberto às autarquias da região,” (e que se traduziu) “em práticas simbólicas e bens materiais duradouros” (Paulo Carvalho, 2006) tendo cada autarquia desenvolvido um conjunto de exposições temáticas centradas nos seus escritores mais representativos (Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Vergílio Ferreira, Eugénio de Andrade, Carlos de Oliveira, Afonso Lopes Vieira e Fernando Namora). As iniciativas desse modo associadas refletem princípios e entendimento diversificados, que vão desde a componente editorial, a publicação de roteiros e de monografias, e obviamente a definição de percursos/roteiros associando a geografia ficcional com a geografia presencial, dando azo a que as paisagens “permaneçam autênticas e próprias e que sobrevivam da memória para o futuro” (Teresa Pinto-Correia, 2005: 165).

No caso particular da região de Turismo Dão-Lafões, foram recentemente definidos alguns percursos temáticos, com incidência geográfica na cidade de Viseu, sendo um deles a *Rota Aquilino Ribeiro/Viseu Republicana do Século XX*, cujo percurso durará aproximadamente duas horas e 30 minutos:

“Esta Rota começa na R. do Arco, junto à Porta dos Cavaleiros por onde Aquilino Ribeiro (1885 – 1963) terá entrado pela primeira vez em Viseu. Segue-se pelo Largo Mouzinho de Albuquerque até à R. Direita onde, subindo as Escadinhas da Sé e torneando a Catedral, se chega ao Adro da Sé, onde se situa o Museu Grão Vasco. Passando pelo Largo Pintor Gata e descendo a R. Nunes Carvalho acerca-se do Jardim das Mães onde à esquerda se encontra o Museu Almeida Moreira. Chegados ao centro atual da Cidade, no Rossio, a Rota convida a uma pausa de descanso no Parque da Cidade com o nome do autor. Depois, voltando ao Rossio, segue-se pela R. Formosa, pela R. João Mendes e R. Maria do Céu Mendes, alcançando-se o Paço do Fontelo, onde Aquilino Ribeiro esteve preso e de onde se evadiu” (Rotas Dão Lafões).

Com vocação e interesse semelhante registam-se também as estratégias destinadas ao Alto Douro Vinhateiro, que decorrem da sua inscrição pela Unesco na Lista do Património Mundial, como sendo uma Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva. Integradas e coordenadas pela CCDR Norte, as iniciativas relativas à Paisagem Cultural do Alto Douro têm permitido levar a efeito várias ações tendentes a preservar e divulgar a memória cultural da região duriense. Entre elas sobressai o projeto “O Douro nos Caminhos da Literatura”, apoiado pelo ONZ – O Novo Norte (Programa Operacional

Regional do Norte 2007/2013). Este projeto tem vindo a promover documentários alusivos à obra literária de vários escritores que tomaram a região do Alto Douro como cenário para algumas das suas obras, entre os quais se destacam Aquilino Ribeiro, Guerra Junqueiro e Miguel Torga. Ao assumir estas iniciativas, a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) apostou na implementação de uma estratégia de turismo cultural ciente de que o património literário duriense poderá constituir um poderoso veículo de desenvolvimento cultural e socioeconómico da região.

### **3 | Estratégia de intervenção: a Quinta do Amparo – um tesouro literário do Alto Minho**

#### **3.1 | Pressupostos iniciais**

Elaborar um projeto de dinamização turística destinado a um espaço rural, tomando por base um território literário, constitui uma experiência pouco explorada no contexto português. Na introdução deste texto formulámos algumas questões quanto à forma como uma obra escrita poderá servir de suporte a uma iniciativa turística. Os exemplos retirados das leituras exploratórias permitem concluir que o recurso a este tipo de «dínamo estratégico» se reveste de pleno cabimento. Conforme aludido, a paisagem de Tormes, descrita por Eça de Queiroz, acrescida hoje pela respetiva Fundação, mostra como a imaterialidade da escrita queirosiana se conciliou harmoniosamente com a materialidade do sítio. Através da nossa proposta procuramos avaliar se o mesmo também é viável para uma outra paisagem literária, igualmente situada num território do interior, marcadamente rural. Conseguir-se-á, mediante uma estratégia de dinamização turística adequada, fazer convergir alguns parceiros públicos para um investimento privado deste tipo?

Mau grado os condicionalismos existentes julgamos que o desenvolvimento deste projeto de dinamização turística teria bastante pertinência já que a «massa crítica» que confere a este concelho a sua atual atratividade, fundamentada na riqueza dos seus recursos territoriais, justificaria, por si só, a realização deste exercício. Os escassos alojamentos de Turismo em Espaço Rural (TER) existentes no concelho subsistem pela força desses recursos marcadamente paisagísticos. Todavia isso poderia ser potenciado pelo aparecimento de um acrescida atratividade que fosse devidamente coadjuvada por uma nova estratégia de coesão territorial, apoiada em diversos parceiros públicos e privados e em várias atividades culturais, económicas e sociais inter-complementares.

Esse é precisamente o nosso objetivo: realizar um exercício em certa medida inovador para o concelho de Paredes de Coura, quer pelas soluções sociais apontadas quer pela concretização estratégica de que dependerá. A estratégia assenta no aproveitamento da obra literária: «A Casa Grande de Romarigães»; um livro, que pela recriação do ambiente em que a ação se desenrola e pelo clima que acompanha a sua trama histórica, confere ao sítio, a Quinta do Amparo, uma forte impregnação evocativa a partir da qual se poderá desenvolver um projeto de dinamização turística, sustentado por um conjunto de atividades, que gravitem em torno da narrativa. Para o efeito, a respetiva dinâmica estratégica corresponde a “três andamentos”, lógicos e intencionalmente encadeados, o primeiro dos quais sumarizando a sequência do romance e pondo em relevo a forma como a paisagem física do mesmo constitui uma verdadeira “concha envolvente” da narração, onde continua presente a memória criativa do escritor; um segundo andamento, desenvolvendo em termos genéricos o modelo estratégico adotado e o seu previsível funcionamento e por último; um terceiro andamento, que detalha os vários eixos estratégicos que têm a Quinta do Amparo como território gravitacional, embora sempre no contexto de uma dinâmica potenciadora do Concelho de Paredes de Coura, do seu território físico e da sua comunidade local, no fundo o principal agente deste espaço e deste quadro estratégico.

### **3.2 | “A Casa Grande de Romarigães”: o lastro de um território literário inovador**

A “Casa Grande de Romarigães” por si mesma é um pólo de assinalável atratividade no Alto Minho, dando azo a inúmeras visitas, individuais ou organizadas para conhecerem o património local e a atmosfera envolvente que inspiraram a crónica romanceada e sentirem aí a “subtil impregnação do vivido com o recriado de que irradia aquele sabor inconfundivelmente minhoto que emana do livro” (“Aquilino desconhecido”, 2000: 34).

O interesse pelo sítio onde a Casa Grande se situa reflete em boa medida o fascínio que advém do romance histórico que Aquilino Ribeiro ali situou, e a curiosidade que a memória da respetiva leitura terá suscitado nas pessoas que para lá se dirigem com o propósito de confrontar a realidade local com a representação imaginária que haviam construído.

Neste processo se fundamenta em grande parte a potencialidade da Casa Grande e a conseqüente exploração turística de que a mesma é passível num quadro estratégico de aproveitamento sustentável e de harmonia com os valores culturais e paisagísticos da região.

A quinta do Amparo/Casa Grande de Romarigães insere-se numa paisagem marcadamente rústica, junto a uma estrada nacional, e dispõe de horizontes abertos para um pequeno vale, marcado por uma breve ribeira para onde confluem quase todos os terrenos da propriedade. Goza igualmente de uma vista privilegiada sobre um monte que irrompe sobranceiro, a curta distância, em cujo topo se localiza o Castro do *Couto de Ouro* e usufrui ainda de uma perspetiva mais longínqua e desafogada sobre a Serra de Arga, que “parece postada lá adiante a barrar-nos o caminho com as suas escarpas de bronze” (“Arcas Encoiradas”, 2012: 235).

Tamanha quietude e envolvimento numa natureza florescente que ergueu o “seu biombo ameno” de “pinheiros, carvalhos, sobreiros e eucaliptos a crescer à desmedida sobre o chão de tojo molar, que ali medra em proporções tropicais” (“Arcas Encoiradas”, 2012: 237) permite encarar a paisagem como um valioso ativo turístico suscetível, por si só, de fundamentar uma aposta de investimento.

“Voltou-se para o grande baldio, vestido com a serguilha ruça do mاتیço, pespontado de sobros, carvalhos, cerquinhos e pinheiros, uma frondosa mata a sudoeste, tudo a crescer à rédea solta da natureza, irreprimivelmente, apesar do dente dos reixelos e da podoa dos lenhadores. A água reluzia aqui e além nos algares das chãs e nos estirões rectos das resgueiras, perdida e tão mal empregada que era abusar da bondade de Deus não a encaminhar para onde criasse flores e frutos. E o sol, um sol rijo e pesadão, de todo genésico, espojava-se sobre a terra à maneira duma galinha choca sobre os ovos da postura.

- Que rica quinta aqui se fazia! Tornou a dizer para consigo, filho revesso de campónios, a quem a paterna e o cálice não haviam obliterado o sentido da terra” (Casa Grande de Romarigães, pag 13)

Mas o sítio de Romarigães é mais do que uma grandeza telúrica, é a força de uma obra literária que Manuel Mendes elogiou como talvez “a mais prodigiosa pelo sabor que tem a sadia vetustez, ao sabor ganho no ofício, à experiência tão rica de humanidade: desde a primeira à última página, o caminho percorrido é como um largo e luminoso rasto de beleza, de energia criadora, de originalidade incomparável, de varonia pelos próprios atos nobilitada, decerto um dia madre de uma nova estirpe” (Aquilino desconhecido, 2000: 35).

No que respeita ao conjunto atualmente edificado sabe-se que o património arquitetónico se encontra classificado pelo IGESPAR, como Imóvel de Interesse Público - por via do Decreto-lei nº 1/86, DR nº 2 de 03-01-1986

- incluindo para além da casa, os “anexos rurais, a capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo, de interessante fachada barroca, e a propriedade, delimitada pelo muro onde se abre um portão brasonado” (página IGESPAR IP Património). Desta arquitetura residencial barroca devemos destacar o frontispício da capela, que José António Ferreira de Almeida classifica como “único no género em todo o Alto Minho, obedecendo, segundo, o mesmo ao gosto das capelas solarengas galegas do século XVIII. O espigueiro que se erguia sobre o muro, e de que ainda se conserva a maioria das suas peças era o maior do concelho de Paredes de Coura”. O atual conjunto patrimonial reflete uma sucessão de restauros ao longo do tempo, que atalharam a alguns dos problemas estruturais da Quinta. O primeiro foi realizado pelo próprio escritor e pela sua família nos finais dos anos cinquenta do século XX. Conta a esposa do escritor o seguinte episódio: “apesar do apego à Soutosa, Aquilino apaixonou-se pela Senhora do Amparo em Romarigães. Se soubesse não o que tinha levado lá. Quis ficar com aquilo. Nada o demoveu” (Aquilino Desconhecido, 2000: 34). Com esta deriva da sua geografia sentimental, Aquilino Ribeiro desenvolve um amplo trabalho de reaproveitamento e restauração do edificado que então se encontrava praticamente em total obsolescência: “No antigo solar dos Montenegros e Meneses prosseguem as obras. As ruínas vão perdendo o ar calamitoso que cortava a alma” («Arcas Encoiradas», 2012: 237). O Solar com seu pórtico joanino, principesco, as pirâmides esbeltas da capela e a sineira, as duas casas apalaçadas, o canastro mais vasto do concelho – 27 metros de comprimento, pedra e castanho – as suas prolixas dependências, com telhados novos, destacam-se como um núcleo residencial ao centro dos casais” (,«Arcas Encoiradas», 2012:).

A ficção de Aquilino Ribeiro remete-nos para os avatares da construção desta propriedade, ao apelar a toda a sua imaginação e talento para rever a forma como o licenciado reverendo Gonçalo da Cunha construiu a Casa Grande:

“Em menos de cinco anos estava acabada a Casa Grande, prédio de torre, com largos salões e muitos cómodos, no flanco, a capela de N<sup>ª</sup> S.<sup>ª</sup> do Amparo, e uma cozinha de lajedo e chaminé de barretina, compreendendo lareira, armários, dois fornos em que se podia assar, ao estilo das comunidades conventuais, um boi no espeto. A fonte. Perto do corgo, gorgolejava por uma bocarra, na sua carranca de Medusa, abundante e fresca água. E o bastio de pinheiros e carvalhiços cobria já o cerro em frente, unido à velha mata e populosa cidade dos pássaros. À tarde a brisa, que subia desde a costa do estuário do Coura, arrepiava-lhe brandamente as corutas e uma onda balsâmica e elísia varria a Casa Grande” (pag. 25).



**Fig. 1** - Restauro da Capela Nª Srª do Amparo. Aquilino Ribeiro e Mestre Zé de Soutosa (anos 50)

O enredo desenvolve-se ao longo de sete gerações (e oito senhores) e desemboca numa extraordinária sequência em que Hilário de Barrelas, como os olhos de Aquilino Ribeiro quando viu acompanhado pela sua mulher, pela primeira vez, as ruínas da Capela de Nossa Senhora do Amparo:

“Quando por morte do avô conselheiro, visitou a Casa Grande, com as ruínas da gloriosa Nossa Senhora do Amparo a consumir-se, mas sempre de imarcescível beleza, ficou deslumbrado. E, uma vez que património se repartia, e os herdeiros, mais escabreados, restos e absurdos que lobos famintos, se lançavam uns sobre os outros, disse para a sua mulher:

- Fica em Romarigães, na bela ruína do Amparo.

Tinha caído o telhado na linda capela, os caseiros queimaram as portas, a talha do altar e do coro, e deixaram desaparecer imagens e painéis. No solar uma das paredes da construção filipina esbarrigara e acabou por dar em terra. Pelos telhados entrava água como por cestos rotos e as tábuas do soalho, se lhes punham pé em cima, rangiam e estalavam, escancarando-se em precipícios traiçoeiros para as lojas. Para cúmulo, o Estado tomara conta do salão principal para aula de primeiras letras, o salão onde D. Telmo de Montenegro, o verdadeiro, o espanhol, o quixotesco, dera festas de truz às duas fidalguias de Minho e Galiza. Não restava um alizar direito nem uma janela intacta.” (Casa Grande de Romarigães: 285-286).



**Fig. 2** - Capela Nossa Senhora do Amparo (finais anos 50)

E é nesta impregnação entre o vivido e a ficção que se chega ao tempo presente. A Quinta do Amparo foi entretanto objeto de outras obras de restauro, nomeadamente a casa que alberga a família do escritor, ocupada sobretudo durante as férias de Verão, e a casa mais a oeste que foi arrendada e recuperada há mais de vinte anos. Neste conjunto continua por recuperar o edifício de dois pisos junto à capela, de planta quadrada, onde em tempos, por iniciativa do Conselheiro Miguel Dantas funcionou uma escola pública. Para este edifício, o seu filho mais novo equacionou a instalação de um breve espólio evocativo do percurso do escritor, ideia que no projeto estratégico de dinamização turística se encontra contemplada no plano de ação a desenvolver.

A efetivação de um projeto de recuperação da Quinta Amparo / Casa Grande de Romarigães envolvendo um apoio/financiamento do Estado foi já objeto de inúmeras sugestões, após o advento do regime democrático em 1974. Apesar da boa vontade de entidades tuteladas pelo Ministério da Cultura e da boa vontade da Câmara Municipal de Paredes de Coura, as promessas não foram concretizadas nem passaram de louváveis intenções.

Por via disso, a estratégia que se equaciona para a Casa Grande de Romarigães tenta responder a alguns dos propósitos anteriormente referidos. Sublinhando a escrita de Aquilino Ribeiro:

“É pena que não se possa regular a vida como um relógio, andando com os ponteiros para diante e para trás segundo a nossa conveniência. Como eu faria da Quinta do Amparo um jardim maravilhoso, a minha estância de contemptor do Mundo, e de Nossa Senhora, esta doce imagem de faces bochechudinhas, minha amiga do coração? A primavera, tantas vezes rebelde ao calendário, rejuvenesce tudo menos o homem. As leis da ciclicidade física assim o mandam. Para o ano, por esta altura, voltarão as aves a cantar. Que chova, que faça o sol radioso com o mundo vegetal pletórico de seiva ou mais aganado, à triste planta humana é que nada a afasta da sua carreira para a morte. Será ela a obra-prima da Criação ou a pior de todas?” (Casa Grande de Romarigães: pag. 289).

### **3.3 | Linhas de Orientação Estratégica: o modelo de desenvolvimento proposto**

Às questões inicialmente formuladas foi possível alinhar um conjunto de respostas obedecendo a um princípio de coerência. Uma primeira ideia que pode ser registada é a de que alguns territórios literários se prestam para que a partir deles se construam projectos turísticos com sustentabilidade estratégica, quer se trate de espaços rurais, quer de espaços urbanos. Seguindo um desígnio de planeamento turístico alternativo, verificamos que embora em território português os projetos desta natureza sejam ainda bastante escassos, eles poderão contribuir, de forma válida, para a reabilitação e melhoramento dos valores paisagísticos existentes. O ambiente criado pela representação artística e literária dos territórios contribui bastante para a apreensão da qualidade das paisagens.

As experiências conhecidas mostram que entre os observadores informados se estabelece uma forte conexão entre a descrição literária dos sítios e a respectiva realidade concreta, e daí a sua predisposição para acolherem favoravelmente todas as medidas que, nesse contexto, visem promover o respectivo desenvolvimento sustentável e perdurável. Esta situação é compaginável com um número significativo de organizações espaciais, nomeadamente territórios urbanos onde foram situadas narrativas ficcionais de grande qualidade. James Joyce em Dublin, Balzac em Paris, Paul Auster em Nova Iorque, ou Pessoa, nos seus redutos lisboetas, criaram paisagens literárias das quais resulta um forte apelo gravitacional que muitas organizações turística e culturalmente polivalentes

souberam aproveitar, e a partir delas criar novas estratégias de preservação patrimonial.

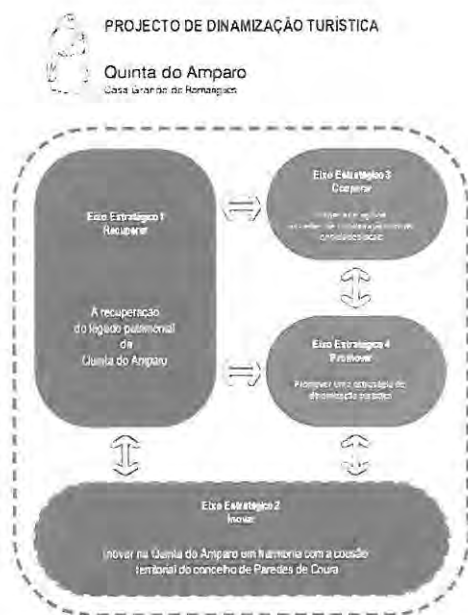
A utilização de territórios literários, confinados a áreas rurais, para subsequente dinamização turística, é mais recente que a dos urbanos, mas poderá assumir eventualmente contornos de maior importância, porque a quebra demográfica e o despovoamento a par da perda de “velhas tradições, costumes, ofícios e outras manifestações da cultura imaterial” (Álvaro Domingues, 2012: 69) ameaça pôr em causa o equilíbrio dos valores paisagísticos. Para a sua reabilitação e para a restauração da necessária estabilidade ecológica, os projetos de dinamização turística, deverão assegurar que entre as paisagens literárias e as paisagens reais se afirme uma relação consistente e propiciadora do pleno aproveitamento do potencial endógeno que exista nas zonas abrangidas. Para que tal suceda é necessário apelar à criação de uma apertada rede de cooperações, envolvendo os diversos agentes com intervenção territorial, de molde a que, sobretudo a partir deles, se construa a desejável estratégia territorial de desenvolvimento sustentável.

Foi esta a fórmula que se procurou seguir para a Quinta do Amparo, sítio localizado na freguesia de Romarigães do concelho de Paredes de Coura, imortalizada pela obra-prima da literatura portuguesa, «A Casa Grande de Romarigães», e que encerra um património arquitetónico de cariz barroco com destaque para a capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo. A riqueza natural do sítio e a crónica que lhe está associada propiciam o estabelecimento de uma estratégia turística assente na potenciação ambiental e no património cultural. Mau grado estas potencialidades, uma dinâmica demográfica deprimida e um constante declínio da actividade agrícola têm vindo a alterar o quadro representativo do concelho, situação que naturalmente tende a dar azo a um conjunto gradual de adaptações. Foi sob esta perspetiva que se procurou averiguar até que ponto um projeto turístico, como o da Quinta do Amparo, a promover essencialmente pelo investimento privado, e destinado a uma região do interior, poderá atrair o número suficiente de parceiros que o torne num projeto de dinamização à escala de todo o Concelho de Paredes de Coura.

No preenchimento dos quatro eixos estratégicos adotados para melhor transpor para o projeto turístico “Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães», a ambiência e a impressividade do livro de Aquilino Ribeiro, ocorre como uma justa homenagem àquele lugar do Alto Minho, que no dizer do seu filho, ele estabeleceu uma “relação vital” já que “ali havia terra com fatura para ver as árvores crescerem, o chão desentranhar-se em frutos e

contemplar o ciclo glorioso das estações de que fora sempre um espectador maravilhado como transparece nos seus livros” (Aquilino Ribeiro Machado, 2000: 8). Como já referimos, a nossa aposta não se cinge aos limites da Quinta do Amparo, mas tenta igualmente apontar, para além destes, caminhos viáveis para uma adequada coesão territorial, sempre apoiada num conjunto de ações que valorizassem as potencialidades endógenas do conjunto.

Começámos, para o efeito, por salientar a necessária valorização do edificado, quer o já existente quer o que deverá ser construído (Eixo Estratégico 1 - *Recuperar o legado patrimonial da Quinta do Amparo* - ver figura 3), uma vez que, sem uma boa atratividade infra-estrutural que enquadre o património existente, e sem que as novas construções se ajustem às características ambientais e culturais da região minhota, não será possível produzir uma nova ideia territorial, que se deseje “perdurável” e a longo prazo.



**Fig. 3** - Modelo Síntese Projeto de Dinamização Turística Quinta do Amparo/ “Casa Grande de Romarigães”

Neste contexto, as propostas apresentadas parecem suficientemente sustentadas e consentâneas com a magia que emana do livro de Aquilino Ribeiro, capazes de contribuir para que Romarigães se torne num local

onde paira uma indizível atmosfera de fascínio ficcional. No fundo, pomos todo o realce no património material e imaterial da Quinta do Amparo, ou seja, naquilo que atrairá os visitantes e que constituirá o ponto focal deste projecto estratégia turística.

Mas para potenciar a dinamização turística da Quinta do Amparo será necessário tirar partido daqueles fatores e elementos que singularizam o local e que poderão sustentadamente incorporar todo o universo da sua oferta cultural (Eixo Estratégico 2 – *Aposta num núcleo inovador*), contribuindo assim para mobilizar vários setores económicos locais e incrementar a capacidade de atração da Quinta, em particular, e do concelho de Paredes de Coura, em geral. A estratégia assenta no aproveitamento do universo ficcional do livro “A Casa Grande de Romarigães”, com realce para aquilo a que Manuel Mendes descreveu como uma “observação penetrante e perspicaz da natureza, em que bichos e homens, montes e árvores, tudo freme no mesmo prodígio de criação”, oferecendo a partir desse contexto uma “experiência turística singular”, e bastante inovadora na região do Alto Minho. O desenvolvimento desse eixo estabelece o aprofundamento de várias ações tendentes a sublinhar “as vivências, sentimentos, sensações, que os turistas observam, que os fascinam, que os influenciam e que, por esta via, se tornam singulares e memoráveis” (Bordas, 2003: 2). Para o efeito atentar-se-á nomeadamente: ao desenvolvimento de uma grelha de atividades dinamizadoras de uma oferta cultural que gravitasse em torno do universo da “Casa Grande de Romarigães” e também de outras obras de Aquilino Ribeiro (como as “Arcas Encoiradas”; “O Romance da Raposa”, etc.).

Este conjunto de objetivos pressuporá o estabelecimento de uma cooperação constante, funcionando em rede, entre as entidades locais, e as demais entidades com vocação associativas existentes. Da sua cooperação necessariamente hão-de emergir novas valências, aptas para enriquecer este género de turismo alternativo (Eixo Estratégico 3 - *Cooperar e agilizar as redes de colaboração com as entidades locais*). O desenvolvimento endógeno, que paralelamente se deseja fomentar, só se tornará efetivo se incorporar simultaneamente o capital de ligação (*bouding capital*) e o capital relacional (*bridging capital*) integrando desse jeito “algo que foi herdado do passado e que, tanto quanto possível, deve ser conservado e algo que impulsiona a criação e a inovação social, ou seja, que se constrói quotidianamente tendo como bases visões partilhadas quanto ao futuro” (Fernando Moreira, 2008: 46).

A promoção do projeto turístico intenta valorizar a Quinta do Amparo e construir, a partir dela, uma renovada identidade que obviamente se repercutirá tanto no território do concelho de Paredes de Coura como mesmo

na natureza dos seus recursos (Eixo Estratégico 4 - *Promover uma Estratégia de Dinamização Turística*). A dinamização turística poderá beneficiar da criação e definição de uma marca territorial, que represente, assertiva e eficazmente, as expectativas dos vários parceiros envolvidos no empreendimento, designadamente as entidades institucionais e as organizações da sociedade civil, que no seu conjunto sublinhariam a importância deste projeto. Quem mais beneficiará com a assunção de uma marca territorial eficaz serão os destinatários finais, ou sejam: os visitantes do território turístico. No caso específico da Quinta do Amparo, o produto consistirá no estabelecimento de um turismo em espaço rural, constituído por um acervo de atividades inspiradas numa paisagem literária. O conceito subjacente será uma amálgama da narrativa ficcional com a realidade patrimonial construída, o que poderá ser traduzido pela designação de: «Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães».

Através desta frase sintética associa-se o nome da quinta ao título da crónica romanceada, o que se afigura eficaz para a simultânea identificação do território e do conceito estratégico em que a proposta se apoiaria.

#### **4 | Remate Conclusivo**

Como remate há que reiterar a importância de que este projeto se revestiria para a coesão territorial do concelho de Paredes de Coura e atentar no impacto valorativo que qualquer uma das ações associadas a um dos eixos estratégicos se faria acompanhar no plano local.

Assim o eixo estratégico 1 acarretaria uma valorização local convergente tanto para a Quinta do Amparo como para a Freguesia de Romarigães; enquanto o eixo estratégico 2, embora confinado quase exclusivamente à Quinta e aos seus territórios adjacentes, teria repercussão económica em todo o concelho, já que o conjunto das suas ações levaria à articulação de uma rede suscetível de mobilizar os meios económicos locais

No que toca aos eixos 3 e 4, estes projetam-se para lá dos limites territoriais de Paredes de Coura, aumentando o capital relacional do sítio e valorizando o princípio da inter-conetividade territorial, com o que se procuraria romper a interioridade do concelho através da cooperação de ideias e o estabelecimento de protocolos, bem como ainda mediante o alargamento das novas tecnologias de informação.

Cientes de que este projeto constituiria uma reinvenção da identidade da Quinta do Amparo e que territorialmente contribuiria para uma coesão mais consistente do concelho de Paredes de Coura, ele

representaria também uma homenagem a Aquilino Ribeiro em consonância com a sua interrogação ainda em suspenso:

“Quando armará ali banca o construtor de castelos nas nuvens?”  
(Arcas Encoiradas”, 2012: 237)

### **Bibliografia Referenciada**

**Bordas, Eulogio (2003)** «Hacia el turismo de la sociedad de ensueño: nuevas necesidades de mercado», in Inauguración del primer semestre del curso 2002-2003 de los Estudios de Economía y Empresa de la UOC (2002: Bellaterra)[conferencia en línea]. UOC Universitat Oberta de Catalunya, obtido em 5 de janeiro de 2009 de <http://www.uoc.edu/dt/20219/index.html>

**Carvalho, Paulo (2003)** “Património e Território: dos Lugares às Redes” Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Bragança, Escola Superior Agrária de Bragança/Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais/Asociación Española de Economía Agrária.

**Câmara Municipal de Paredes de Coura (2000)** “Aquilino Desconhecido”; Homenagem a Aquilino. Congresso de Estudos Aquilínianos. Porto. Edição CM Paredes de Coura;

**Cunha, Licínio (2006)** “Economia e Política do Turismo”. Edição Verbo;

**Domingues, Álvaro (2012)** “A Vida no Campo”. Por.84to. Dafne Editora

**Herbert, D T (1996)** “Artistic and literary Places in France as Tourist Attractions”; in Tourism Management; Vol. 17, nº 2; pp 77-85

**Machado, Aquilino Ribeiro (2000)** “O Alto Minho de Aquilino Ribeiro”; in “Aquilino Ribeiro no Alto Minho”. Câmara Municipal de Paredes de Coura

**Moreira, Fernando João (2008)** “O Turismo e os Museus nas Estratégias e nas Práticas de Desenvolvimento Territorial”; Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes

**Ribeiro, Aquilino (2012)** “Arcas Encoiradas”. Lisboa. Bertrand Editora

**Ribeiro, Aquilino (2012)** “Terras do Demo”. Lisboa. Bertrand Editora

**Ribeiro, Aquilino (2007)** “A Casa Grande de Romarigães”. Lisboa. Bertrand Editora

**Thibaud, Jean-Paul (1997)** “L’expression littéraire des silences de la ville”. La Création Sociale, Centre de Sociologie des Représentations et des Pratiques Culturelles, 1997, nº 2, pp. 45-70.

**Queiroz, Ana Isabel (2010)** “Convite para as paisagens literárias urbanas”; Workshop de Investigação “As cidades”. Fundação Calouste Gulbenkian

**Queiroz, Ana Isabel (2009)** “A Paisagem de Terras do Demo”. Coleção Gulbenkian Ambiente. Lisboa. Editora Esfera do Caos

**Pinho, Inês e Isabel Pinho (2006)** “Literatura e Turismo em Eça”. Atas do III Congresso Internacional da APHA. Fundação Engenheiro António de Almeida Porto. 17 a 20 Novembro de 2006.

[http://www.apha.pt/boletim4/resumos/MariaInesPinho\\_IsabelMariaPinho.pdf](http://www.apha.pt/boletim4/resumos/MariaInesPinho_IsabelMariaPinho.pdf)